

CONSTRUCIONISMO SOCIAL: DISCURSO, PRÁTICA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

**ADRIANA BELLODI
COSTA CESAR**

*Psicóloga e terapeuta
de casal e família*

O livro organizado por quatro jovens profissionais “nativos na língua construcionista social”, em seus dezoito capítulos, convida o leitor a circular por uma galeria de pequenas grandes obras de arte. Pequenas na extensão, embora grandes na densidade teórico-prática e na riqueza literária com a qual todos os seus autores descrevem seu fazer profissional.

Carla Guanaes-Lorenzi, Murilo S. Moscheta, Clarissa M. Corradi Webster e Laura Vilela de Souza, organizadores e autores de alguns textos no interior do livro, são psicólogos, doutores em Psicologia pela USP-Ribeirão Preto e atuam na docência de diferentes universidades brasileiras; além da formação acadêmico/profissional semelhante e de suas aproximações teóricas com a abordagem construcionista, trazem também um posicionamento comum quanto à produção do conhecimento comprometida com a transformação social com respeito à justiça e inclusão. Assim também se posicionam os autores convocados a refletir sobre suas práticas, que, apesar de diversas, conectam-se pela postura colaborativa e pela ética dialógica em estar com o outro

O livro divide-se em três seções: 1. *O discurso construcionista social*; 2. *Construcionismo Social e práticas profissionais* e 3. *Construcionismo Social e formação profissional*. Nestas três dimensões, são distribuídos uma multiplicidade de textos de autores brasileiros ampliando significativamente a literatura nacional no campo, coerente com a polissemia de vozes assumida como uma das principais premissas do movimento construcionista social.

Os autores que compõem a primeira parte do livro tratam das principais discussões que integram o corpo dos estudos em construção social. No primeiro capítulo, Murilo S. Moscheta discute a *pós-modernidade e o contexto para a emergência do discurso construcionista social*, contextualizando as mudanças culturais e de valores sociais que possibilitaram sua emergência. Para debater o discurso construcionista como uma proposta de nova inteligibilidade em ciência, autor e leitor inserem-se em uma prazerosa aventura literária na qual o discurso científico entrelaça-se às mudanças no mundo das artes. O autor, que adverte para a armadilha das explicações totalizantes que poderiam levar a explicar *o que é o pós-modernismo*, encontra ressonância no segundo capítulo, no qual sua autora procura fazer *uma apresentação possível sobre o Construcionismo social*. Assim sendo, Laura Vilela e Souza propõe que se vá além do que seja “o” construcionismo social – como uma realidade em si mesma – e enfatiza a fluidez e diversidade do campo, trazendo para a discussão, outras opções discursivas como *movimento construcionista social e construcionismos*. O texto claro e didático vem ilustrado com uma riqueza de exemplos do cotidiano que fundamentam a ênfase da linguagem como construtora do mundo e de nós mesmos. Atenta aos leitores iniciantes no campo, a autora estabelece ainda, um diálogo fecundo acerca das críticas e dúvidas mais comuns ao discurso construcionista social.

Clarissa M. Corradi-Webster escreve sobre *ferramentas teórico-conceituais do discurso construcionista*, ocupando-se do terceiro capítulo. Procura argumentar, desde um contexto de pesquisa com pacientes em tratamento para dependência de álcool em um ambulatório de saúde mental, sobre o modo como o discurso construcionista compreende a linguagem, o discurso e o processo de construção de sentidos sobre o mundo e o self.

Ao discutir o *Construcionismo social: tensões e possibilidades de um movimento em permanente construção*, Carla Guanaes-Lorenzi assinala o significado dinâmico, plural e diversificado da palavra “movimento” como forma de compreender o caráter polissêmico, híbrido e interdisciplinar do campo de estudos da construção social. A autora sugere a superação do limite dado pelo sufixo “ismo”, refletindo sobre as possibilidades de um enquadre teórico que “tende a restringir a polissemia em prol de uma aparente uniformidade”. Coerentemente com a proposta plural do movimento, Carla brinda o leitor com uma breve e ao mesmo tempo extensa referência de autores nacionais e estrangeiros que se aproximam de uma sensibilidade construcionista em dois campos distintos: a psicologia social e a clínica.

A postura da ética em pesquisa informa as reflexões presentes nos quinto e sexto capítulos, apresentados por Sheila McNamee e Mary Jane Paris Spink e Peter K. Spink. McNamee distingue *pesquisa* (pautada numa visão moderna de ciência) de *investigação* (como prática relacional) e discute como tal entendimento torna-se um potente recurso para a construção de mundo sociais. Com um olhar (*pós*) *construcionista* Spink e Spink ampliam o olhar construcionista trazendo aportes da teoria – ator-rede e buscam delinear “as boas práticas em pesquisa” assumindo pesquisa como prática dialógica e social.

Como os fios que produzem a trama, esses capítulos iniciais são entendidos pelos organizadores como o tecido que sustenta a segunda parte do livro, na qual se apresentam uma diversidade de práticas criativas e generativas em diferentes contextos (saúde, comunidade, clínica, educação). Assim, abrindo a seção de práticas, a *inclusão no diálogo* como recurso de inclusão das famílias num programa de assistência familiar em um serviço de semi-internação em saúde mental é o foco de Pedro Pablo Sampaio Martins, Marcus Vinícius dos Santos e Carla Guanaes-Lorenzi, autores do sétimo capítulo. Em seu relato, demonstram os recursos empregados num trabalho colaborativo que inclui a família como protagonista do tratamento.

As metáforas de *hospitalidade* e do “*bom anfitrião*”, são posições em torno das quais reúnem-se terapeutas comunitários e comunidade, numa relação dialógica horizontal e colaborativa como proposta para lidar com o sofrimento humano a partir dos recursos e competências das pessoas, comunidades e redes. Marilene Grandesso apresenta, no oitavo capítulo, a *Terapia Comunitária Integrativa* argumentando sobre as tensões entre três campos de terapia – dialógica, narrativa e colaborativa – que se integram e aproximam a prática da TCI ao discurso construcionista social.

Dando continuidade ao tema de práticas grupais na mudança coletiva de pessoas, relações e contextos, o leitor encontra no nono capítulo o texto de autores envolvidos com o atendimento grupal a usuários de uma Unidade Básica de Saúde no interior de Minas Gerais. Laura Vilela e Souza, Célia Cristina B. Oliveira, Maira R. da Silva, Larissa Cristina S. de Andrade e Mirian Angélica Martins, base-

ados numa relação de colaboração entre profissionais/especialistas do processo e clientes/especialistas de suas próprias vidas, o trabalho é um relato passo a passo, da coconstrução de conversas transformadoras envolvendo a colaboração entre universidade e o serviço público de saúde através de seus múltiplos atores: estudantes estagiários, professor/orientador, profissional de saúde mental e usuários. A “leveza” desse trabalho explicitada por uma das participantes confirma a potência das equipes como facilitadoras de transformação.

O *empoderamento* de habilidades e capacidades das pessoas, para produzir novos modos de ação no mundo é o efeito gerado pelas relações grupais enquanto práticas de ação política. No décimo capítulo Claudia Mara Pedrosa e Jaqueline Isaac Machado Brigadão contam sua experiência com grupos de mulheres de diferentes classes sociais, proporcionando nesses grupos o espaço para reconhecer e questionar as assimetrias de poder vivenciadas no cotidiano e de gerar encaminhamentos para fortalecer o controle e a participação social.

O décimo primeiro capítulo é apresentado por Rosana Rapizzo e Carlos Eduardo Zuma, que analisam a democratização das relações familiares aliada à emergência dos novos arranjos familiares como razões das mudanças na cultura da parentalidade nas últimas décadas. A partir daí, propõem ferramentas diretamente relacionadas com a questão de castigos físicos como forma de educar, experienciadas em duas comunidades pacificadas da cidade do Rio de Janeiro. As diversas ações sociais propostas no capítulo dão concretude às palavras de Shotter (1993), também citado pelos autores: “nossas formas de conversar nos movem de/em nossas posições, mais do que trazem novas ideias” (p.246)

O *rizoma* (tipo de caule que cresce horizontalmente) é a metáfora para significar a força das ações coletivas conectando contextos e populações que compartilham situações de sofrimento. Marilene Grandesso, descreve especificamente, no décimo segundo capítulo, o *documento coletivo* como ferramenta conversacional fundamentada nas práticas narrativas coletivas. Trata-se de um recurso poderoso desenvolvido como resposta a traumas coletivos que, ao mesmo tempo em que acessa os efeitos dos traumas individuais, rompe as amarras do isolamento e possibilita a produção de uma identidade coletiva mais fortalecida.

O diálogo com a diversidade sexual é o tema dos dois capítulos seguintes, fechando o eixo sobre *Construcionismo social e práticas profissionais* do livro. Assim, com o objetivo de refletir e propor estratégias sobre o *trabalho com a diversidade sexual no contexto educacional*, encontramos no décimo terceiro capítulo uma breve revisão sobre a educação sexual no Brasil como abertura para uma discussão sobre as contribuições dos conceitos de *comunidades de inteligibilidades e diálogo* em um programa de capacitação para educadores. Tal programa focalizou especialmente a homofobia e as manifestações de sexualidade não heterossexuais, assim como os valores dos participantes em relação à sexualidade, buscando um olhar apreciativo para as diferenças. Este trabalho é assinado por Murilo S. Moscheta, Jucely C. dos Santos, Sheila McNamee e Manoel Antonio dos Santos.

Em seu trabalho com travestis no estado de Minas Gerais, os autores do último capítulo dessa série – Emerson F. Rasesa, Flavia B. Teixeira e Rita M. G. Rocha – buscam questionar o “acúmulo de desigualdade que as coloca em posição de vulnerabilidade” na sociedade brasileira, enfatizando a relevância das ações comunitárias como possibilidade para ampliação de oportunidades de coexistência social. As atividades realizadas no formato de oficinas expressam a opção genuína

dos autores por “uma sensibilidade aos valores e ao compromisso com o direito delas serem quem preferem ser” (p.294). São ações políticas que encantam pelo reconhecimento identitário das pessoas em seus próprios termos, pela transformação discursiva sobre sexualidade e gênero e pelo convite à inclusão social.

O leitor pode estar, a essa altura fascinado com o extenso cardápio de práticas apenas “saídas do forno”, mas ainda deve reservar espaço para a sobremesa: a experiência relatada por conceituados autores sobre suas articulações teórico-práticas entre *Construcionismo social e formação profissional*.

Helena Maffei Cruz, Azair T. Vicente e Marília de Freitas Pereira iniciam essa seção partindo de um breve relato sobre a terapia familiar no Brasil. Ao contar sobre a própria história enquanto *formadoras de terapeutas familiares*, ao fundarem o Instituto Familiaie, informam os recortes teórico-metodológicos escolhidos durante o processo de aprender acerca do que ensinavam. A reflexão ininterrupta sobre a formação representa o pendor da equipe docente do instituto, trilhando um percurso que parte do questionamento batesoniano sobre nossos “princípios dormitivos” de aprendizagem à constituição de uma postura filosófica alinhada com a construção de contextos colaborativos, no qual professores e alunos se complementam e transformam-se mutuamente.

Dentro da mesma crença em que professor e aluno se constroem reciprocamente num processo de capacitação, Marisa Japur e Cristina M. C. Ruffino descrevem suas práticas como formadoras em *Mediação de conflitos* entendendo práticas pedagógicas como jogos relacionais. Apropriando-se assim, do desafio de propor ações didáticas coerentes com a postura construcionista, o capítulo encanta pela beleza de sua escrita e a opção por uma formação que busca “construir uma relação professor-aluno isomórfica à relação mediador-mediado”(p.340), ou, conforme entendem as autoras, performar mediação ao ensinar mediação.

No contexto de saúde, Celiane Camargo-Borges reflete sobre a relação entre profissionais e pacientes. Destaca a presente transformação do vínculo hierárquico e centralizador dos profissionais/especialistas com seus pacientes/passivos e obedientes, sinalizando o surgimento de uma nova geração de clientes ativos e participativos na produção dos cuidados em saúde/doença. A autora propõe o diálogo entre as premissas construcionistas sociais e as políticas de descentralização e democratização do Sistema Único de Saúde (SUS), focalizando a (trans) formação dos profissionais de saúde, para então sugerir o conceito de responsabilidade relacional e a aposta no diálogo como ferramentas das práticas desenvolvidas nesses espaços.

Finalizando, o último capítulo do livro traz um profícuo debate sobre a construção do fenômeno psicológico, tomando as metáforas “*a vida lá fora*” e “*a vida lá dentro*” como ponto de partida para analisar a dicotomia entre vida social e subjetividade advindos da psicologia como ciência moderna. Ana Mercês Bahia Bock problematiza os limites e efeitos dessa definição para as práticas psicológicas e a formação profissional. Desde uma perspectiva histórica, que privilegia a ideia de processo e relações, a autora toma a separação “interno”/“externo” como recurso retórico para dar ênfase ao espaço “*lá fora*”, onde está a vida, a cultura, o outro e as relações que nos constituem, a desigualdade social, onde estamos todos nós...

Esperamos que você, leitor, sinta o privilégio de ter em mãos a beleza profunda de experiências que refletem criticamente sobre como podemos criar mundos sociais guiados pela cooperação e o respeito pelas diferentes formas de vida.

O conteúdo das práticas aqui desenhadas envolvem o desafio não em seu sentido de superação, mas aquele que sugere refletir sobre os limites, reconhecendo as tensões entre o possível e o insuperável. Os autores, ao descrever generosamente o “como fazemos”, confirmam e corporificam a função performática da linguagem em uso, como entende Austin, ao assumir que “dizer é, também e sempre, fazer” (1962).

Ao ler, continue o diálogo com cada autor em sua trajetória profissional, sem tomar qualquer uma delas como “técnicas simples deslocadas de seus contextos” (p.15), mas como inspirações que iluminam o intransponível e apontam possibilidades de seguir adiante com aqueles com quem nos encontramos no cotidiano e que nos confiam seus dilemas e sofrimentos.

REFERÊNCIAS

Austin, J. L. (1962) *Como hacer cosas com palabras*. Barcelona: Paidós.